

Capitalismo e revolução em Caio Prado Jr.

Marcos Del Roio*

Resumo:

Este artigo apenas oferece alguns indícios para explicar os motivos pelos quais Caio Prado Jr. tornou-se o mais influente marxista brasileiro daquela que pode ser chamada de época clássica, que se concluiu com o golpe militar de abril de 1964. Nos anos 70 pode-se observar o ingresso na Universidade da leitura que Caio Prado Jr. elaborou sobre a realidade brasileira até tornar-se predominante entre marxistas e os que usavam o marxismo como referente analítico. A análise de Caio Prado Jr. sugere uma interpretação fundada na categoria de sistema colonial, na ênfase na circulação de mercadorias, com viés economicista e positivista, sendo esses últimos elementos comuns no marxismo brasileiro do período formativo e clássico (1920-1964).

Palavras-chave: sistema colonial; capitalismo; revolução brasileira.

Capitalism and Revolution in Caio Prado Jr

Abstract:

This article offers some clues for explaining why Caio Prado Jr. became the most influential Brazilian Marxist of what could be called the classical era, which ended with the April 1964 military coup. In the 1970s we can see the entrance into the academy of Caio Prado Jr.'s studies on Brazilian reality, to the point that they came to dominate discussions among Marxists and those who use Marxism as an analytical reference point. Caio Prado Jr.'s analysis suggests an interpretation grounded in the category of the colonial system, with an emphasis on the circulation of goods and an economic and positivistic perspective. These last two elements are common to Brazilian Marxism of the formative and classical period (1920-1964).

Keywords: colonial system; capitalism; Brazilian revolution.

Introdução

Caio Prado Jr. talvez seja hoje o mais prestigiado autor brasileiro de formação marxista daquela geração que alcançou a plena maturidade nos anos 60. Note-se, porém que esse prestígio e reconhecimento só foram alcançados de modo tardio, mais especificamente a partir dos anos 70. Essa posição de reconhecido valor

* Pós-doutor em Política Internacional pela Facoltà di Scienze Politiche da Università Statale di Milano, Itália. Professora titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Marília-SP, Brasil. Autor e vários livros e editor da revista *Novos Rumos*. End. eletrônico: delroio@terra.com.br

intelectual ocorreu, em grande medida, por conta da acachapante derrota do movimento democrático e popular em abril de 1964, quando da instauração da ditadura militar burguesa. Certo que essa afirmação pode parecer paradoxal, mas o fato é que a visão que Caio Prado Jr, ao longo de muitas décadas, desenvolveu sobre a realidade histórica brasileira teve o condão de substituir a leitura que o Partido Comunista assumira como sua e que passou a ser fortemente criticada por outras vertentes marxistas e por liberais de viés democrático. Assim, a derrota ideológica aprofundou a derrota política sofrida pelo PCB e pelas forças nacional populares em 1964.

O mais destacado e também o mais atingido dos intelectuais marxistas vinculados ao PCB foi Nelson Werneck Sodré, que defendia a centralidade da questão democrática, considerando que a democracia seria o caminho apropriado para o desenvolvimento da revolução nacional/popular no Brasil. Sua tese sobre a natureza da formação social brasileira era que se desenvolvia – ao modo prussiano -- um capitalismo dependente e no qual a burguesia já era classe dominante junto com a oligarquia agrária de origem feudal, de modo que persistia o “bloco feudal-burguês”, ainda que em crise, e que o elemento feudal estivesse sempre mais perto de se fazer burguesia agrária. Essa situação permitiria uma revolução democrática de novo tipo no Brasil, na qual a pequena burguesia urbana contaria com papel importante e a hegemonia no processo seria disputada entre a burguesia nacional e o proletariado. (Sodré, 1962, 1964)

As críticas que se seguiriam com força sobre a obra de Nelson Werneck Sodré e as posições dos comunistas foram centradas nas teses da existência de uma burguesia nacional e na existência / persistência de relações feudais. Essas foram as críticas mais sérias, mas abundaram também ataques que apontavam uma possível visão etapista, evolucionista e doutrinária do processo histórico, pouco importando a análise circunstanciada da obra de Sodré.

Caio Prado Jr. e o revisionismo reformista

Em busca de explicações para a derrota de 1964 e de novos caminhos, difundiram-se bastante a teoria da dependência e a teoria do populismo, com muitas variantes, mas que oscilavam entre liberalismo e marxismo. A crítica mais bem sucedida, porém, veio de dentro do próprio PCB. Em 1966, foi lançado o livro de Caio Prado Jr, *A revolução brasileira*, no qual, de fato, o autor reafirmava a leitura que fazia da formação social brasileira desde os anos 30, mas que nunca havia encontrado passagem no PCB.

Desta vez a circunstâncias eram favoráveis, pois além da necessidade da avaliação dos motivos da derrota, na América Latina vinha se travando o velho / novo debate sobre a natureza das formações sociais forjadas pela invasão e

colonização europeia, se feudalismo ou capitalismo e também sobre a natureza da revolução, se democrática e nacional ou socialista. O debate marxista no Brasil se viu enredado nessa querela e possivelmente o foco teórico e prático tenha sido perdido, dando então origem a um forte veio revisionista. Claro que revisionista aqui significa revisão em relação às formulações do marxismo clássico da maioria dos intelectuais vinculados ao PCB, sem qualquer conotação valorativa apriorística.

Em carta resposta enviada ao Comitê Regional de São Paulo do PCB, em 1932, Caio Prado Jr. já mostrava a convicção que levaria por toda a vida, quando então negava ter sido o movimento de 1930 um episódio de uma revolução democrático-burguesa: “eu nunca afirmei semelhante tolice, e pelo contrário sustento que nas condições do Brasil não há lugar para uma revolução burguesa, porque o nosso regime já é arquiurguês”. (Prado Jr., 2013: 116).

Tese fundamental de Caio Prado Jr. era que desde os albores o território que viria a ser o Brasil era parte de um *sistema colonial*, que se especializara na produção de bens primários de origem tropical, voltados para o consumo do mercado europeu. O Brasil, por sua vez, era um consumidor de escravos e de bens vindos da metrópole lusitana. Dessa maneira é que o Brasil desde sempre participava do desenvolvimento do capitalismo. Importava menos a Caio Prado Jr. a particularidade das relações sociais de produção instaladas no Brasil, pois o crucial era mesmo a universalidade do vínculo colonial. Nesse desenho era, sem dúvida, o interesse e o predomínio do capital comercial e da burguesia comercial lusitana que fundamentava a análise. Esse, enfim, seria o *sentido da colonização*. (Prado Jr. Cap. 1, 1942/1984)

De fato, Caio Prado Jr. sedimenta toda a sua análise da produção agrícola / mineira para a exportação e na continuidade / permanência do vínculo colonial. Assim, a terra tem proprietários desde o começo da colonização, ainda que se saiba que o valor da terra seja mensurado pela força de trabalho existente. Essa leitura possibilita que se observe também a formação e permanência de uma burguesia agro-mercantil-exportadora que se apresenta como classe dominante associada desde sua origem, ainda na fase colonial, até os últimos dias de vida do autor.

Por outro lado, parece que Caio Prado Jr. tem imensa dificuldade na avaliação das transformações estruturais, dado que observava um processo espiralado, quase teleológico de uma história que oscilava em ciclos de ascensão e declínio. Veja-se o desprezo de Caio Prado Jr. frente o problema de qualificar a natureza e a dinâmica da formação social brasileira e também de qualificar a natureza e as forças motrizes da chamada “revolução brasileira”, digamos que elementos essenciais nas análises de Marx e também de Lenin (e de Gramsci). Muito pro-

vavelmente essa desconsideração tem origem em determinada concepção de método científico fundada no positivismo lógico ou no pragmatismo, que faz com que o autor creia que análise concreta seja apenas a análise de conjuntura e que aquelas questões são abstratas enquanto não se realizarem. De tal monta que a visão teórica de Caio Prado Jr. só concebe a previsão como desdobramento da conjuntura concreta, da qual também deveria se desdobrar o programa imediato. Assim, o objetivo da revolução / transição socialista não entra em pauta.

Em 1945, Caio Prado Jr. publicou sua obra de título *História econômica do Brasil* (que melhor se chamaria História da economia brasileira). Esse livro é importante na discussão aqui posta por ter sido atualizado e completado em 1970. Caio Prado Jr volta então a mostrar como o Brasil nasceu como elemento do sistema colonial existente do século XVI até meados do século XIX, período formativo do mercado mundial (e do capitalismo). Com as revoluções burguesas e a revolução industrial, a economia deveu se adequar ao predomínio inglês, preservando a sua função colonial de território produtor e exportador de bens primários, ao mesmo tempo em que um incipiente capitalismo dava os primeiros passos no Brasil e se formava o Estado nacional.

Não deixa de ser curioso que Caio Prado Jr. nomeie a sexta parte do seu livro como A República Burguesa, referindo-se ao período 1889-1930, mas a palavra burguesia aparece uma única vez no decorrer de 76 páginas. Sem nomear diretamente como espírito ou ethos burguês (de weberiana lembrança), de fato, o autor chama atenção, no início desse período, para “a eclosão de um novo espírito”, que era a “ânsia de enriquecimento, de prosperidade material” aparecendo entre “homens de negócios, isto é, do individuo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer”. (Prado Jr., 1980: 210).

Caio Prado Jr. indica com clareza como a produção agrícola continuava organizada apenas para a exportação e sem relação entre as regiões produtoras do País. Destaca, porém, a novidade do processo de retalhamento da grande propriedade fundiária, que deriva da crise da grande exploração e assim contribui para “a eclosão de uma nova economia de caráter camponês e fundada na pequena propriedade”. (Prado Jr., 1980: 249). Para o historiador, o campesinato em formação surge então da crise do latifúndio exportador e se dissemina como produtor de alimentos que antes eram importados, daí a necessidade de ser apoiado e estimulado, sendo esse o cerne da questão agrária no Brasil. (Prado Jr. 1980: 255-256).

Embora entendesse que a república fosse burguesa (!), Caio Prado Jr. aparenta ter dificuldade na identificação do processo de formação da burguesia brasileira como classe e mesmo do desenvolvimento do capitalismo. O embrio-

nário processo de industrialização do Brasil, segundo o autor em foco, é sempre frágil, pois que depende da política econômica de tarifas e de câmbio, e também porque “os industriais brasileiros viverão em família: família pacífica em que fraternalmente se repartem as oportunidades” (Prado Jr., 1980: 262), de modo que “a acumulação capitalista ainda é essencialmente no Brasil um fato individual restrito” (Prado Jr., 1980: 264.). Mais significativa seria a indústria que se formou como subsidiária das empresas imperialistas presentes no mercado brasileiro, mas nada suficiente para configurar uma burguesia brasileira autônoma em seus desígnios.

Pode se observar com facilidade que para Caio Prado Jr, não há classes e não há dinâmica social interna no Brasil, há apenas uma “população”. Diz com força o autor:

O Brasil como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita, mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. (Prado Jr., 1980: 279)

Caio Prado Jr. qualifica a fase histórica iniciada em 1930 como de crise de um sistema, entende-se que crise do sistema colonial do imperialismo do qual o Brasil é parte, assim como fora do antigo sistema colonial português. As mudanças no Brasil foram, em grande medida, produto da ação do imperialismo, incluindo a indústria, mas a indústria, a urbanização, o avanço da economia camponesa são indícios do que

deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população. Romper definitivamente com seu passado colonial, e fazer-se função da comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheios. (Prado Jr., 1980: 298)

Esse trecho é emblemático ao mostrar cabalmente que para Caio Prado Jr. a questão da libertação nacional frente ao imperialismo era essencial, mas também é emblemático pelas interrogações que deixa. Quem são esses entes abstratos chamados de “população” e de “comunidade brasileira”? Essa “economia nacional” seria caracterizada de que forma e dirigida por qual classe ou grupo social?

No capítulo final, escrito para a edição de 1970, Caio Prado Jr. encara mais de perto algumas questões de política econômica, reconhecendo que no pós-1945, havia duas concepções contrastantes, uma que solicitava a regulamentação dos

recursos, e a liberal, ligada aos interesses da agro exportação. O predomínio da visão liberal

comprometia de maneira muito séria o futuro desenvolvimento econômico do país, e colocava a indústria e a iniciativa propriamente nacionais em posição francamente desvantajosa em frente aos empreendimentos, no Brasil, de capitais e trustes internacionais. (Prado Jr., 1980: 313).

O resultado seria que “o capital e as indústrias nacionais” acabariam por serem absorvidas pelo capital estrangeiro, pois “será, aliás, a associação o caminho adotado por muitos industriais brasileiros” (Prado Jr., 1980: 315). Nesse caso, havia ou não uma burguesia brasileira dotada de interesses próprios e que poderia se contrapor ao capital estrangeiro e lutar contra essa absorção da qual fala Caio Prado Jr.?

Note-se que, sem romper com o economicismo característico, é apenas nesse último capítulo que Caio Prado Jr. fala da intervenção estatal na economia e fala com frequência das “iniciativas nacionais”, para significar -- pode se supor -- a atuação do Estado ou da burguesia brasileira. Enfim, insiste que o sistema colonial agrava a sua crise, considerando-se o desenvolvimento natural e espontâneo do capitalismo. Por fim, a saída para a burguesia não seria outra que o aprofundamento da associação com o imperialismo.

Caio Prado Jr. e a revolução brasileira

A *História econômica do Brasil* expõe com clareza a visão de Caio Prado Jr. sobre o Brasil e foi escrito ao modo de um manual universitário, mas algo bem diferente foi o objetivo do livro de 1966, *A revolução brasileira*, que foi escrito com desígnio explícito de criticar e polemizar com a teoria da revolução que orientava a política do PCB, em grande parte sugerida na obra de Sodré. O livro de Caio Prado Jr. parte do princípio de que o Brasil encontrava-se próximo a um momento histórico de “brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, [são] que constituem o que propriamente se há de entender por “revolução””. (RB, p. 12). A categoria de “revolução” (com aspas) para Caio Prado Jr., além de sugerir um processo natural, sem sujeito, é ampla o suficiente para definir caminhos muito diferentes, até mesmo uma via prussiana (Lenin) ou uma revolução passiva (na acepção de Gramsci).

Caio Prado Jr. se recusa ainda a identificar a natureza da revolução que se encontraria a ponto de acontecer, pois

indagação como essa situa desde logo mal a questão e de maneira insolúvel na prática, pois a resposta somente se poderá inspirar – uma vez que lhe falta outra

premissa mais objetiva e concreta – em condições predeterminadas de ordem doutrinária e apriorística. (Prado Jr, 1978: 15).

Para o autor, a natureza de uma revolução só pode ser definida post-factum. Parece incrível, mas Caio Prado Jr. sugere que análise da correlação de forças sociais, a vontade organizada, o programa e a previsão do processo segundo as forças empenhadas na revolução não são questões relevantes e seriam, pelo contrário, manifestação de doutrinário!

Assim, para o historiador paulista, a ação política só pode ser determinada pela conjuntura concreta, a qual indicará a solução dos problemas. Sem previsão do movimento do real e sem objetivos estabelecidos, a teoria e prática política preconizada por Caio Prado Jr. recai em claro *oportunismo economicista*, em capitulação frente o movimento espontâneo da realidade social, que de um ou outro modo levará à inexorável crise do sistema colonial e a um capitalismo nacional.

A ação política revolucionária deveria então se ater à pauta de reivindicações postas no tempo presente, pois só esse é concreto. O socialismo é questão que toca ao futuro, que se fará de um ou outro modo, pois a dialética histórica dos fatos disso se ocupará. Como tentasse consertar, mas só agravando o equívoco teórico, Caio Prado Jr. conclui que “a previsão marxista do socialismo não exclui, muito pelo contrário, a concentração da luta em objetivos que imediatamente e de forma direta não se relacionam com a revolução socialista” (Prado Jr., 1978: 17).

Uma dessas reivindicações imediatas que deveriam ser priorizadas seria a luta por melhores condições de trabalho e salário entre os trabalhadores rurais, em particular das grandes empresas agropecuárias, para o que a sindicalização e a luta pela extensão efetiva de direitos sociais seriam o caminho mais adequado. Nesse passo, o autor reafirma a sua posição de que no Brasil, em nenhum tempo e lugar, teria havido servidão ou condições feudais, apenas relações de superexploração do trabalho no sistema colonial, que num contínuo de melhora possível transitaria da escravidão ao trabalho assalariado com direitos sociais com implicações positivas sobre a estruturação do mercado interno. Então, a tradição comunista teria que passar por séria revisão, ao se considerar que a questão agrária era vista de modo errado, não sendo o caso de se priorizar a luta pelo acesso a terra para quem a quisesse trabalhar, mas de se lutar por melhores condições de vida, direitos e salário.

Sobre a questão agrária é patente que Caio Prado Jr., por conta da sua leitura do Brasil, não percebia que no campo brasileiro, na zona cafeeira paulista, já havia uma burguesia agrária, mas que em outras regiões se processava a transformação do latifúndio feudal, que fazia uso de força de trabalho reduzida a formas várias de

servidão, em grande propriedade capitalista, ao “modo prussiano”. Não percebia que o bloco feudal-burguês se transformava aos poucos em bloco burguês pleno, que a dominação burguesa se construía aos poucos em meio à luta de classes.

A questão nacional, ou seja, do domínio imperialista, também teria que ser revista. Em relação ao imperialismo pode-se observar algo de capcioso na argumentação do historiador em pauta e mais uma vez se percebe que a questão de método compromete o esforço de Caio Prado Jr., haja vista como ele desconsidera a necessidade de se passar do universal abstrato ao particular concreto para em seguida obter a generalização científica do objeto, o que inclui a chave do seu movimento. A tese do Programa da Internacional Comunista, aprovado no decorrer do VI congresso mundial dessa organização, em 1928, faz um gigantesco esforço de generalização, talvez temerário, mas que não deixa de ser razoável para as condições de conhecimento da realidade brasileira na época.

Da generalização podemos entender a sugestão indicada para a análise da particularidade do caso brasileiro (claramente diferenciada da situação da China, ao contrário do que diz o autor). Diz o documento citado:

Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) [são aqueles] que possuem embrião de indústria, às vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; (...). (*apud* Prado Jr. 1978: 65).

Depois o documento diz da existência de relações sociais feudais ou pré-capitalistas e da presença do imperialismo nessas economias dependentes, de modo a indicar que seriam a questão agrária e a questão nacional os elementos mais importantes de um processo revolucionário, que se apresentaria concretamente como uma revolução democrática e burguesa, pois que o seu desenvolvimento em revolução socialista requeria “uma série de etapas preparatórias” (*apud* Prado Jr., 1978: 65).

O autor então insiste que teria sido feita uma analogia com a situação chinesa, que seria um erro grave, e insiste no seu entendimento de que o Brasil nasce no contexto do sistema colonial do capitalismo comercial, que a classe dominante sempre esteve imbricada com o imperialismo e que essa mesma classe é burguesa em todas as suas facetas, incluindo os grandes proprietários rurais, parte que seria de uma burguesia relativamente homogênea. A divisão que Caio Prado Jr. percebia na burguesia era entre a “burguesia burocrática” (vinculada ao Estado) e a “burguesia ortodoxa” (inserida exclusivamente no mercado). Daí se conclui não haver a possibilidade de algo como uma burguesia nacional anti-imperialista, nem mesmo em alguma conjuntura específica.

Da generalização feita no Programa da IC, mas lida de modo estranhamente errado pelo autor, passa-se para a generalização feita por Caio Prado Jr, de uma trajetória histórica unilinear. As mudanças de vulto na história brasileira seriam apenas a “independência”, a abolição do tráfico de escravos, a abolição da escravatura e a imigração.

As mudanças mais recentes e ainda em marcha como a urbanização e a industrialização seriam a “revolução brasileira”. No entanto, diz Caio Prado Jr.,

Observamos que mesmo o processo de industrialização que deveria contar como principal fator na superação do estatuto colonial, realizando-se pela forma que está ocorrendo, isto é, ligado fundamentalmente ao imperialismo e na dependência de empreendimentos e iniciativas que nele se compreendem, encontra-se de antemão estritamente limitado, e (o que é sobretudo importante) não guarda relação com a conjuntura interna do país e se subordina antes a circunstâncias e contingências estranhas a ele (Prado Jr, 1978: 157).

Então, para Caio Prado Jr., a industrialização aparecia como algo artificial, que não afastava a essência agrária e colonial da formação brasileira. Mais uma vez parece não haver sujeitos históricos internos e mesmo uma dinâmica interna econômica e social. A implicação lógica dessa leitura é que não havia uma burguesia brasileira com interesses particulares de classe e ainda menos um proletariado capaz de empreender qualquer mudança de fundo. A ênfase se segue:

Constituímos ainda, numa perspectiva ampla e geral em que desaparecem as situações excepcionais relativamente escassas, um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades da população (Prado Jr.: 158).

É necessário estimular e dirigir os incentivos que vem dos mecanismos ordinários do mercado capitalista, inda mais num momento em que a economia brasileira encontrava-se em grave estagnação. Numa expressão a mais clara possível de oportunismo teórico, para Caio Prado Jr., o problema nuclear era a distribuição da riqueza social acumulada. O que deveria ser feito era assim a orientação da iniciativa privada, em se considerando ser essa “um elemento necessário, mas no seu conjunto e totalidade, ela é insubstituível, e não poderia ser abolida sem dano para o funcionamento normal da economia”. Mais ainda,

a eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável no Brasil, por faltarem, se outros motivos não houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para a transformação daquele vulto e alcance (Prado Jr. 1978: 165).

Ainda que o autor não diga em qualquer momento, pode-se imaginar que iniciativa privada seja a burguesia e a pequena burguesia, mas fica mais difícil imaginar quem seria o “poder público” ao qual se refere e que deveria se obrigar a organizar e planejar a economia (por suposto, capitalista). Se o socialismo é impossível, supõe-se também que o Brasil deva ainda passar por uma etapa capitalista, na qual finalmente deveria se estruturar um mercado interno nacional, o que ao fim e ao cabo configuraria a “revolução brasileira”.

Mas quais as forças capazes de empreender essa gigantesca tarefa? Para Caio Prado Jr., a transformação advirá da luta do proletariado rural por melhores condições de vida e por direitos, somada à aliança com o proletariado urbano. Seria essa aliança social a base de um novo “poder público”? Seria esse poder aquele capaz de disciplinar a iniciativa privada? Essa é uma leitura plausível, que fica apenas sugerida quando o historiador paulista (depois de tantíssimas páginas) indica a necessidade da organização autônoma dos trabalhadores do campo e da cidade em sindicato e partido, algo plenamente cabível dentro da ordem burguesa democratizada.

Mas como não existe a afirmação direta de que a revolução implica a tomada do poder pelo proletariado urbano e rural, mas apenas mudanças econômicas, políticas e sociais, uma leitura também plausível é aquela de que apenas a pressão sindical e política desses grupos sociais poderia levar o Brasil a transformações importantes que fizesse configurar um mercado interno nacional e um novo poder público (expressão de que classe?).

Se ainda considerarmos que não se preconiza a partilha do latifúndio pelo poder político revolucionário, mas que a divisão da terra ocorreria pela dinâmica do mercado, por conta de grandes agroindústrias que não conseguissem enfrentar a concorrência ou a pressão dos trabalhadores, vemos que Caio Prado Jr., de modo inadvertido, está muito perto de defender a via prussiana de desenvolvimento do capitalismo. Diz ele em relação ao campo, cerne de revolução brasileira:

Em suma, o que se propõe nos fatos realmente verificados e não como se pretende na base de abstrações puramente especulativas, não é a destruição da grande exploração e sua substituição por uma economia camponesa cujo progresso dependeria daquela destruição; e sim a transformação da grande exploração com a eliminação de seus aspectos negativos que consistem essencialmente nos baixos padrões tecnológicos, que são a regra, bem como do tipo de relações de trabalho predominantes e que reduzem o trabalhador às miseráveis condições materiais, culturais e sociais que são as suas (Prado Jr.,1978: 145).

A luta pela reestruturação da economia brasileira, na direção da unificação do mercado interno e da distribuição da riqueza, está estreitamente imbricada com a luta pela libertação nacional frente ao sistema imperialista, o que exige, antes

de tudo, o monopólio do comércio exterior. De fato, “a revolução brasileira, no conjunto de seus aspectos, significa a desconexão daquele sistema e o desmembramento, no que nos diz respeito, daquele mesmo sistema. O rompimento dele em sua periferia”. (Prado Jr., 1978: 186).

Assim, a prioridade da revolução brasileira para Caio Prado Jr. é a luta contra o imperialismo e a solução da questão nacional e da questão agrária, elementos que definem os objetivos de uma revolução democrática e burguesa, que ele se recusa a aceitar como tal.

A vitória do revisionismo e do reformismo

Mas qual seria mesmo a diferença de Caio Prado Jr. em relação à teoria da revolução concebida por Sodré? Apenas para retomar, para Sodré o essencial era a configuração de um povo/nação que rompesse com a dominação imperialista. O núcleo do povo / nação seria o proletariado e o campesinato (em sentido amplo), mas parcela da pequena burguesia e da burguesia poderiam também vir a fazer a opção de ser povo / nação em dependência dos resultados da luta política e ideológica. De imediato essa frente única nacional / popular realizaria uma revolução democrática e burguesa ao quebrar o monopólio da posse da terra e configurar um capitalismo monopolista de Estado, no qual a direção da vida social e política estariam em disputa dentro de uma democracia nacional popular (com fundamentos econômicos burgueses).

A proposta de Caio Prado Jr. é bastante menos clara, mas alguns acordos fundamentais podem ser observados, como é o caso da necessidade da ruptura com o imperialismo e a configuração de um capitalismo monopolista de Estado. As diferenças de fundo aparecem no entendimento sobre a questão agrária e sobre o perfil das forças que poderiam compor a frente anti-imperialista. Essa dificuldade advém do próprio método de Caio Prado Jr., que, como já foi realçado, prioriza a dinâmica da circulação de mercadorias, inclusive a força de trabalho, e se recusa a partir sua reflexão de um universal razoável, atendo-se ao concreto aparente, o que o faz resvalar para o oportunismo teórico.

Assim, Caio Prado Jr. aponta a solução da questão agrária na própria dinâmica do mercado, quando a renda da terra estaria condicionada pela produtividade e pelo valor do trabalho. Ou seja, a grande propriedade rural deveria se capitalizar para se preservar (ao modo prussiano), com o risco de se fragmentar em pequenas propriedades de baixo padrão de produção caso não o fizesse. Dai é que a luta dos trabalhadores por melhoria nas condições de trabalho seria útil para aumentar a produtividade da grande empresa agrícola, que precisaria cuidar da sua mecanização. Ao fim, a diferença principal entre Sodré e Caio Prado Jr. é de método, estando muito claro que o primeiro era mais afeito ao marxismo

clássico do ponto de vista teórico e metodológico do que era o segundo.

Praticamente descartada a tese do marxismo clássico (com todas as suas variantes), Caio Prado Jr. tornou-se uma referência a partir dos anos 70. Verdade que esse filho da oligarquia agrária paulista nunca foi aceito na Universidade de São Paulo, esse espaço precípua de formação de intelectuais orgânicos da burguesia, mas as coisas começaram a mudar com a necessidade de se recriar uma alternativa liberal e democrática para a ditadura militar. A vertente que se mostrou vitoriosa foi a teoria apresentada por Fernando Henrique Cardoso, José Serra e outros, que tinha como cerne a valorização – pois que visto como inevitável – do desenvolvimento burguês capitalista associado ao imperialismo.

Nessa tese, como em Caio Prado Jr., a burguesia brasileira nascera já em associação ao imperialismo e isso não poderia ser mudado, já que se tratava de uma determinação econômica estrutural. Essa tese foi desenvolvida no Centro Brasileiro de Planejamento – CEBRAP, que contou com financiamento da Fundação Ford para a sua organização. O CEBRAP procurou fundar a sua ação intelectual na crítica a formulação da CEPAL (e do ISEB), que vislumbrava a possibilidade de um capitalismo nacional anti-imperialista.

Um ensaio marcante foi apresentado por Francisco de Oliveira (1972), que na sua *Crítica da razão dualista* ataca essa tese, mas defende a existência de uma dinâmica capitalista interna. Importante assinalar que Caio Prado Jr. participou dos seminários que discutiram esse trabalho. No CEBRAP estava um número considerável de intelectuais que haviam sido afastados por arbítrio ditatorial, mas mesmo na USP, com a também marcante tese de Fernando Novaes, apresentada em 1973 (sobre o antigo sistema colonial), Caio Prado Jr. passava a ser agora referência importante.

Na Universidade Estadual de Campinas, um grupo de economistas tentou uma análise do capitalismo brasileiro partindo da tese geral de Caio Prado Jr., mas atenuando drasticamente o seu estagnacionismo. Pelo contrário, procuraram valorizar o papel histórico e econômico da burguesia industrial paulista, tanto a tornarem-se intelectuais orgânicos dessa fração de classe na sua busca de melhor posição na cadeia imperialista. De liberais a socialdemocratas, esse arco intelectual contribuiu com PMDB e PT, depois também com o PSDB, todos unânimes no combate ao marxismo clássico, quase todos alimentados pelo revisionismo de Caio Prado Jr., quase todos reformistas.

Certo que houve ainda um revisionismo de esquerda, que também bebeu nas formulações de Caio Prado Jr, mas de modo mais fragmentário e menos fiel a letra e ao espírito da obra desse autor. Jose Chasin trabalhou junto com Caio Prado Jr. e tentou construir uma leitura de Brasil que se referia à tese fundamental do editor da *Revista Brasiliense*, qual seja o processo de objetivação do capitalismo

no Brasil por um caminho que sempre preservou o nexo colonial. Parece então que José Chasin apontava para a necessidade de uma revolução socialista como único meio de derrotar a dominação burguesa e imperialista. A escolha pela candidatura de Fernando Henrique Cardoso a Presidência deixa dúvidas sérias se Chasin, nessa ocasião, não teria sido mais fiel a Caio Prado Jr. do que em outros momentos.

Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, de modos bem diferentes, formularam uma teoria da dependência por outro viés. Para eles (assim como para Chasin), a dominação imperialista e o bloqueio ao desenvolvimento só poderia ser rompida com a revolução socialista. Note-se que ambos tiveram uma formação política afeita ao trotskismo ainda que em tempos diferentes, do que se depreende como a tese decorre.

Uma derradeira tentativa revisionista (também pela esquerda) foi apresentada por Jacob Gorender, autor originado das fileiras do PCB e alheio a Universidade. A tese era de que no Brasil havia se desenvolvido um modo de produção escravista colonial, com legalidade própria (1977). Os problemas são o de definir todo o conjunto de relações sociais no território brasileiro como escravista, de explicar o nexo colonial dentro da legalidade específica de um modo de produção particular e o de explicar a passagem do escravismo ao capitalismo. As críticas desferidas ao marxismo precedente tampouco é justa, pois se sabe que já nos anos 60, Sodré defendia a tese do escravismo colonial, ainda que sem se deter no problema de uma legalidade própria (talvez por ser um problema falso).

Enfim, os anos 70, além de assistir a conclusão da revolução burguesa no Brasil, observavam enorme crise do marxismo clássico e o desarmamento teórico e político da vanguarda operária, dos comunistas, que não conseguiram se atualizar e redefinir a teoria e a prática com vistas à revolução socialista. Por outro lado, as ideias e ideologias liberal-democráticas e social-reformistas pululavam, de modo a garantir a hegemonia liberal burguesa ao cabo da ditadura militar.

Bibliografia

- GORENDER, Jacob (1977). O escravismo colonial. São Paulo: Ática.
- NOVAES, Fernando Antonio (1979). Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colônia (1777-1808). São Paulo: Hucitec.
- OLIVEIRA, Francisco (1972). Crítica da razão dualista. Cadernos CEBRAP.
- PRADO JR., Caio (1978). A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição.

- _____ (1980). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 24ª edição.
- _____ (1994). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 23ª edição.
- _____ (2013). Carta ao CR do PCB, 1932 Margem Esquerda, n. 21, São Paulo, Boitempo editorial.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1962). *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1964). *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.